

A evolução da estrutura urbana catarinense

SÉRGIO ROBERTO GOUVEIA*

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é fazer uma abordagem analítica da estrutura urbana de Santa Catarina, tentando estabelecer algumas interrelações espaciais, ao tempo em que descreve as vinculações de algumas cidades com o seu espaço de relações. Tendo como meta evitar dispersivas discussões metodológicas, o texto assume, como hipótese de trabalho, que a configuração espacial de Santa Catarina é dada por uma política urbana (explícita ou não) que articula o conjunto dos instrumentos (jurídicos, ideológicos, financeiros e outros) através dos quais é organizada, socialmente, a reprodução do Capital e da força de trabalho sobre o território. Pelo mesmo motivo, assume também a Geografia como a história do deslocamento do Capital sobre o Espaço, podendo-se admitir, portanto, que a descrição da distribuição espacial da população catarinense seja o resultado do exame e análise da rede urbana do Estado, que por sua vez, pode ser descrita do ponto de vista da sua localização sobre o espaço estadual: a maior ou menor densidade de núcleos urbanos em cada Região reflete, obviamente, a maior ou menor densidade populacional na mesma porção de espaço; reflete também a maior ou menor geração e circulação de riquezas naquele determinado território.

Outra relação, embora não tão óbvia, e ainda carecendo de confirmações empíricas, estabelece-se entre o tamanho e o número de propriedades agrícolas e o tamanho e o número de municípios. Ou seja, parece haver uma vinculação entre o tamanho das propriedades agrícolas e o tamanho do município (em área). Municípios de grande superfície territorial são, frequentemente, formados por grandes propriedades rurais e vice-versa. Sustentando esta relação encontra-se, no caso de Santa Catarina, a maior ou menor vinculação do agricultor com a cidade mais próxima, contribuindo, desta forma, e através da intensificação da circulação de riquezas, para sua maior ou menor importância no "grid" do Estado.

* Geógrafo, com pós-graduação em Planejamento Regional e Urbano pelo Propur/UFRGS, técnico do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Santa Catarina.

— Colaborou, na elaboração da Cartografia, o geógrafo Marcelo Vieira Nascimento, do Gapan/SC.

A hierarquia desses centros urbanos é outro elemento definidor da estrutura urbana. Esta hierarquia pode ser obtida de diversas formas, entre as quais merece menção o método apresentado nos trabalhos de Green (1950) e Carruthers (1957) que privilegiam o fluxo de transportes entre os centros urbanos. Entretanto, pelas dificuldades em se realizarem trabalhos de campo para a coleta dos dados necessários e em função do contexto em que será apresentado o presente texto, tentar-se-á outra abordagem, diferente das anteriormente mencionadas.

2. DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Esta outra forma de abordagem da estrutura urbana catarinense é a que se baseia na sua evolução. Como em um modelo clássico de desenvolvimento regional, pode-se dividir o processo de urbanização em Santa Catarina em etapas sucessivas, onde se destacam algumas características:

2.1. — Antes de 1940 o processo de urbanização no Estado não apresentava expressão digna de nota. Até essa data a economia, quase que totalmente agrícola, não propiciava concentrações humanas significativas. A escassa industrialização encontrava-se disseminada pelo meio rural, em razão da sua própria vinculação com a produção do campo: eram serrarias, engenhos de cana ou de farinha e outros poucos empreendimentos semelhantes;

2.2. — Até a década de 1950, entretanto, devido à intensificação das trocas internas, desenvolve-se um sistema de transporte entre os centros urbanos estruturando-se o embrião de uma rede urbana organizada como hoje conhecemos. Estas trocas internas eram totalmente dependentes do setor primário, onde se abrigava a maior parte da população, uma vez que a industrialização ainda era incipiente;

2.3. — A partir da década de 1960 a divisão do trabalho vai ser mais acentuada, o comércio vai se intensificar, a agricultura buscará especialização, dinamizando-se e estruturando a agro-indústria. A rede urbana refletirá estas mudanças, saltando dos 52 municípios existentes em 1950 para 102 em 1960;

2.4. — A década de 1970 vai mostrar uma população com altas taxas de crescimento, com as atividades industriais proporcionando retorno relativo de investimentos mais alto que a agricultura e remanejando a população do setor primário;

2.5. — Finalmente, a década de 1980 abre-se com volumes de geração de renda predominantes na produção industrial, que mostra tendências de especialização e modernização, embora permaneça periférica, no contexto brasileiro, conforme análise de Silva (1978).

A estrutura urbana ilustrada nos cartogramas números 1 a 5 exemplifica estas afirmações. Como se pode observar, dos 52 municípios existentes em 1950, o Estado saltou para 102 em 1960, e 197 em 1970. Em 1980 ainda há 197 municípios, mas em 1982 foram criados mais dois. Merece menção também a extraordinária densificação da sua rede viária, no mesmo período. Fato comum com todo o Brasil é a presença dos maiores e mais importantes

núcleos urbanos em uma faixa litorânea de menos de 50 Km de largura. Além desta faixa, que coincide grandemente com a ruptura de relevo representada pela Serra do Mar, apenas Lages, pela sua posição locacional de importante entroncamento viário nas rotas norte-sul e leste-oeste, assumia destaque, já desde antes da década de 1950.

Na Região Oeste do Estado, que recebeu grande contingente migratório e experimentou, em consequência, acelerado crescimento econômico e populacional, os limites municipais parecem refletir o parcelamento fundiário resultante das migrações rumo à fronteira agrícola. A partir de 1970, quando da melhoria do sistema viário, integrando mais o Estado no sentido leste-oeste, algumas cidades ganharam destaque, incrementando o rol de núcleos urbanos importantes.

Santa Catarina sempre teve em Florianópolis, Joinville, Blumenau e Lages seus maiores centros. Esta posição é mantida desde 1940, o que reflete a estabilidade da estrutura urbana do Estado. Mas Chapecó, por exemplo, assume hoje, pela sua função de apoio e prestação de serviços à agropecuária regional, o papel de grande centro regional do oeste catarinense.

QUADRO I
TAXAS GEOMÉTRICAS DE INCREMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO URBANA

Cidades/Períodos	40/50	50/60	60/70	70/80
Joinville	1,987%	9,938%	7,350%	7,081%
Blumenau	5,259%	6,923%	6,126%	5,371%
Florianópolis	5,556%	4,261%	4,546%	2,944%
São José	- 11,041%	2,985%	21,048%	10,431%
Lages	6,450%	8,667%	8,438%	3,282%
Itajaí	3,940%	4,860%	3,447%	3,834%
Crisiúma	6,735%	11,616%	7,082%	5,703%
Chapecó	8,981%	1,151%	6,364%	10,548%
Tubarão	4,925%	7,648%	5,275%	2,364%
ESTADO	3,638%	6,616%	6,121%	5,619%

Fonte dos dados brutos: Censos Demográficos — IBGE.

A tendência de maior crescimento concentra-se nas maiores cidades, embora admita-se que esta tendência esteja longe de conduzir a grandes concentrações, visto que em 1980 a maior cidade catarinense, Joinville, não alcançava sequer a marca dos trezentos mil habitantes, bastante aquém, portanto, da população das maiores cidades de outros Estados. Uma visão mais aprofundada da estrutura urbana de Santa Catarina pode ser obtida pela análise mais detida de algumas de suas principais cidades, conforme segue

FLORIANÓPOLIS:

Constitui-se num núcleo político-administrativo e principal centro de serviços, exercendo influência por todo o Estado. Concentrando 7,50% da população urbana do Estado em 1980 e com taxas de crescimento de 4,54%

e 2,94% nas duas últimas décadas, a capital assume um papel ainda mais importante se se considerar a conurbação de seus municípios vizinhos. Conforme o Censo de 1980, São José, por exemplo, apresentou um incremento de 169% em relação ao Censo anterior, tornando-se a sexta mais populosa cidade do Estado (Quadros I e II). Pode-se, portanto, classificar Florianópolis dentro de um processo de metropolização baseado, porém, numa expansão física e não funcional, principalmente pela sua localização geográfica, numa ilha (Gouveia, 1984).

JOINVILLE:

Saltando da quarta posição na hierarquia estadual em 1950 para a primeira em 1980 (ou segunda, se se considerar Florianópolis como o aglomerado urbano composto com os municípios vizinhos) Joinville detém mais de 10% da população urbana do Estado, constituindo-se no principal pólo dinâmico de concentração industrial em Santa Catarina. Enquanto outras grandes cidades catarinenses apresentaram um declínio em suas taxas de crescimento, Joinville manteve, nas duas últimas décadas, algumas das mais elevadas taxas de crescimento, superando largamente outras cidades catarinenses de grande porte (Quadro II). Pelas suas atividades industriais (setor metal-mecânico), a cidade mantém fortes vínculos com os pólos nacionais, principalmente com a economia paulista. Exerce ainda forte influência sobre o Norte e o Nordeste do Estado.

BLUMENAU:

Analisando-se as suas taxas de crescimento, verifica-se um declínio da década de 1970 para a de 1980. Mesmo assim, é a terceira mais elevada taxa de crescimento dentre as demais grandes cidades do Estado (Quadro II). Constitui-se num importante pólo de concentração de indústrias tradicionais, principalmente do ramo têxtil, voltadas especialmente para o mercado nacional, além de exercer função de centro prestador de serviços do Vale do Itajaí.

LAGES:

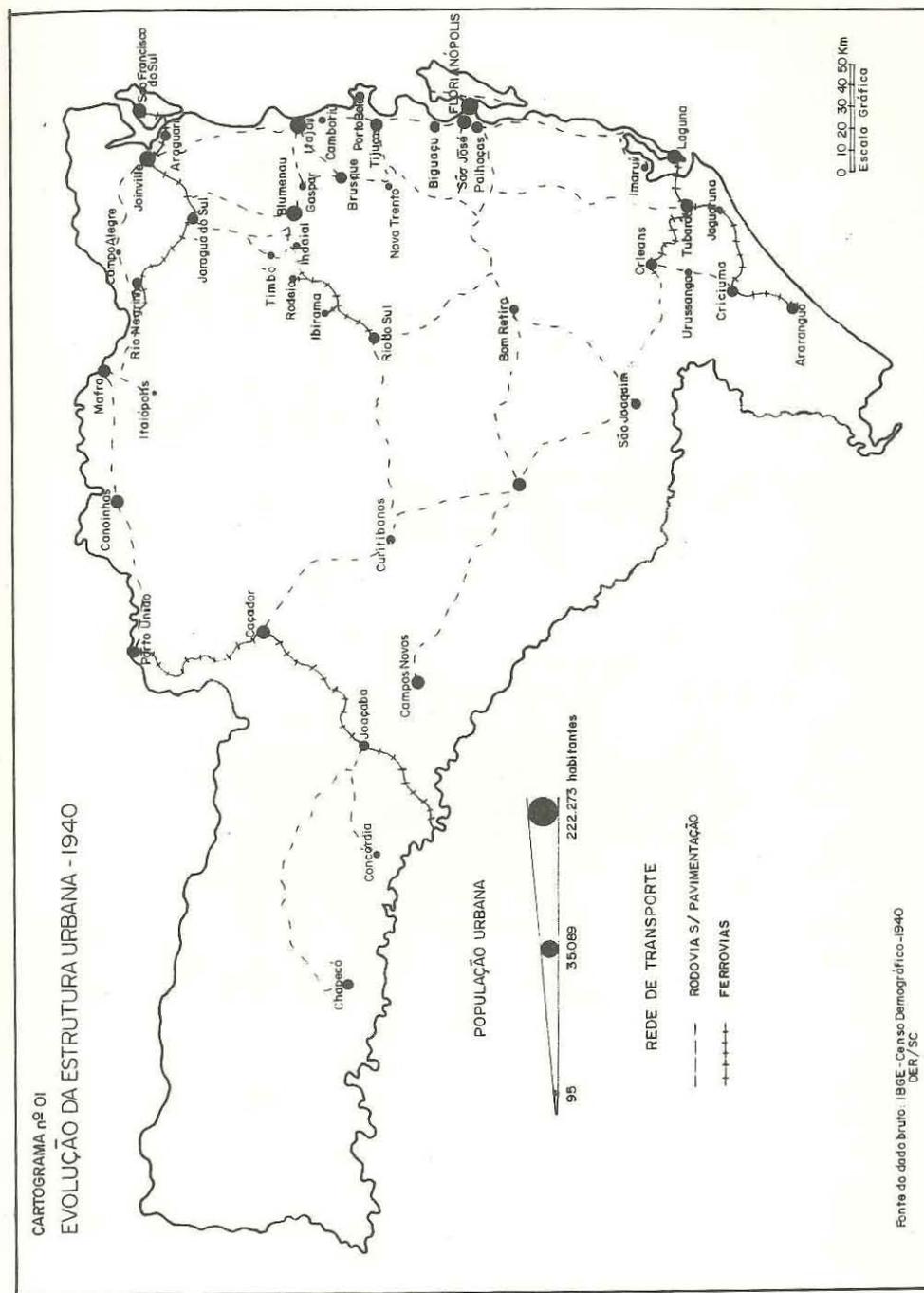
A cidade de Lages constitui-se no mais importante centro de serviços do Planalto Catarinense, representando 5,74% da população urbana do Estado. Seu período de maior crescimento populacional foi durante o período 1950/60, quando apresentou taxas anuais de 8,67%. Com a decadência do setor secundário (baseado, fortemente, na exploração florestal) na região, as taxas caíram para 3,28% anuais no período de 1970/80.

ITAJAÍ:

Pelas suas funções específicas de mais importante centro portuário do Estado, Itajaí manteve-se com taxas de crescimento entre 3,4% e 3,8% nas décadas de 60 e 70, representando 3,66% da população urbana do Estado.

CRISCIUMA:

Até a década de 1960 Crisciúma tinha menor importância regional que Tubarão. Com uma taxa de crescimento populacional bastante elevada nessa



EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA URBANA - 1950



EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA URBANA - 1960



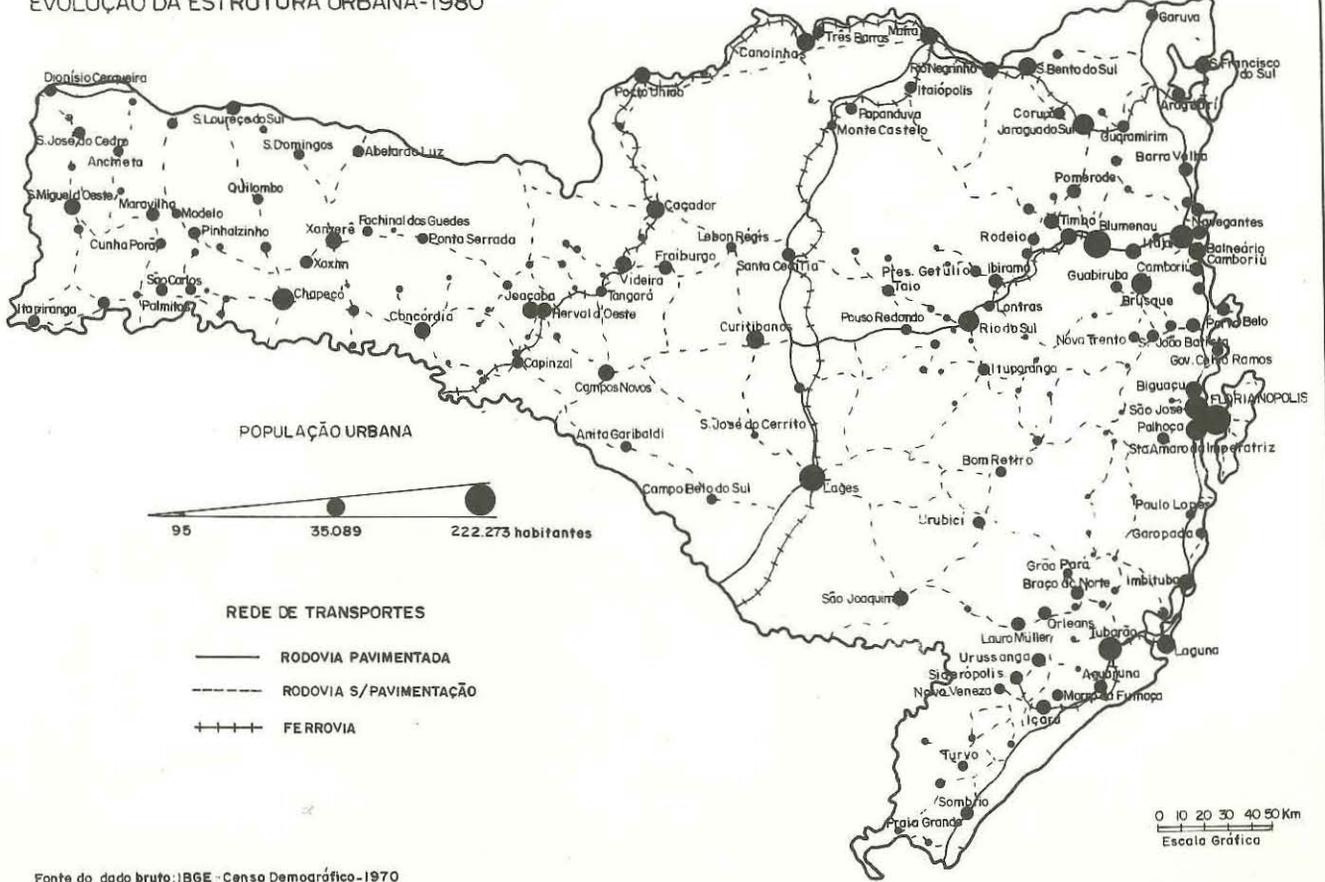
CARTOGRAMA nº 04

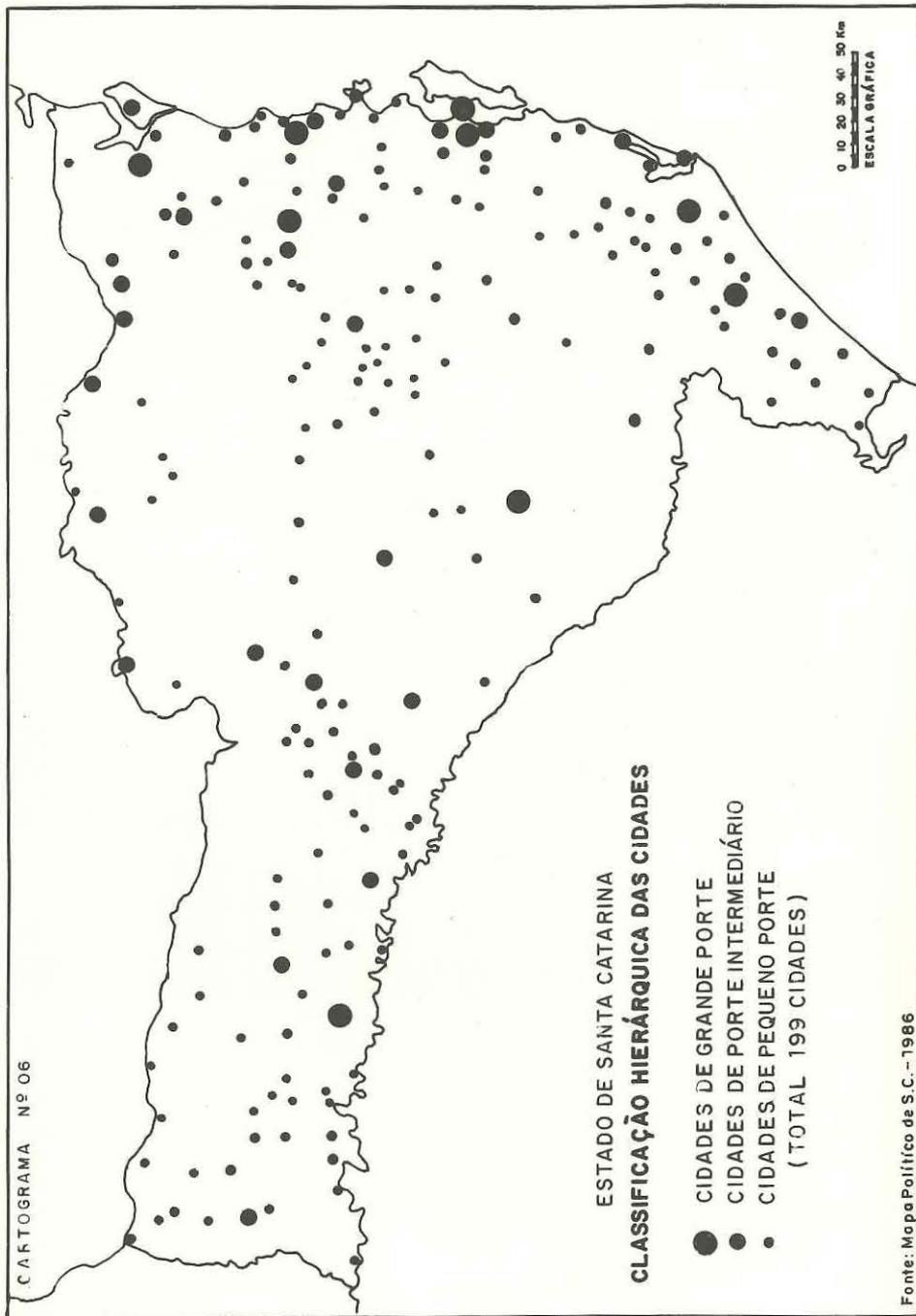
EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA URBANA - 1970



CARTOGRAMA nº 05

EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA URBANA - 1980





década (11,6%) teve sua importância ampliada, tornando-se o mais importante centro de serviços do Sul do Estado. Tem suas funções diretamente ligadas ao desenvolvimento das atividades relacionadas com a indústria extrativa mineral (carvão) e de minerais não-metálicos (cerâmica).

TUBARÃO:

Ao contrário de Crisciúma, suas taxas de crescimento declinaram significativamente no intervalo 1960-1980. Seu crescimento manteve-se, basicamente, pela divisão com Crisciúma de funções ligadas à indústria do carvão. O estabelecimento de novas atividades industriais de caráter duradouro e autosustentável alteram para melhor suas perspectivas futuras.

CHAPECÓ:

A mais importante cidade do Oeste do Estado constituía-se, até 1960, em pequeno núcleo urbano. Conta atualmente com 55.269 habitantes, mas em face da sua posição espacial relativa e da sua posição funcional como principal centro prestador de serviços do Oeste, é sempre incluída no rol das maiores cidades do Estado. Na década de 1960 apresentou um crescimento elevado (6,4% ao ano), subindo ainda mais (10,5%) no intervalo 70-80. O avanço sobre a fronteira agrícola e o acelerado desenvolvimento da agro-indústria explicam sua importância (Quadro I).

QUADRO II
POPULAÇÃO URBANA DE SANTA CATARINA POR CIDADE
E PARA O ESTADO

Municípios/Data	1940	1950	1960	1970	1980
Florianópolis	29.764 11,73%	51.115 14,09%	77.585 11,27%	121.026 9,70%	161.773 7,50%
Blumenau	14.753 5,81%	24.443 6,74%	47.740 6,94%	86.519 6,94%	146.001 6,78%
Joinville	17.569 6,92%	21.390 5,90%	55.171 8,05%	112.134 8,99%	222.273 10,31%
Tubarão	9.036 3,56%	14.614 4,03%	30.538 4,44%	51.064 4,09%	64.508 3,00%
Crisciúma	4.845 1,90%	9.298 2,56%	27.905 4,06%	55.317 4,44%	96.332 4,47%
Lages	9.279 3,66%	17.337 4,78%	39.807 5,79%	89.494 7,18%	123.616 5,74%
Chapecó	4.128 1,62%	9.756 2,69%	10.939 1,59%	20.275 1,63%	55.269 2,57%
Itajaí	16.285 6,52%	23.969 6,60%	38.529 5,60%	54.073 4,34%	78.779 3,66%
São José	10.436 4,11%	3.239 0,89%	4.347 0,63%	29.363 2,35%	79.200 3,67%
ESTADO	153.717 100,00%	362.717 100,00%	688.358 100,00%	1.246.939 100,00%	2.154.238 100,00%

Fonte: Censos Demográficos — IBGE.

A seguir, num patamar ligeiramente inferior, pode ser listado um conjunto de 21 cidades de porte intermediário, com população urbana situada numa faixa abaixo de 50.000 e acima de 15.000 habitantes urbanos, desempenhando um papel de centros complementares ou centros alternativos, com funções específicas conforme cada caso e com especial destaque na função de centros de serviços a nível microrregional. São as seguintes, por ordem decrescente de grandeza da população urbana: Brusque, Rio do Sul, Jaraguá do Sul, São Bento do Sul, Canoinhas, Laguna, Curitiba, Mafra, Caçador, Araranguá, Porto União, Concórdia, Joaçaba, São Miguel d'Oeste, Videira, Indaial, Rio Negrinho, Xanxerê, São Francisco do Sul, Campos Novos e Imbituba (cartograma 06). O critério populacional incluiria ainda Biguaçu e Palhoça, que entretanto assim se manifestam apenas como expansão de Florianópolis e, portanto, significando pouco mais que cidades-dormitório, e Balneário Camboriú, que se impõe mais pela sua grande população fluante na época do turismo de veraneio.

As demais cidades apresentam volume populacional inferior a 15.000 habitantes e possuem tendência a ver declinar sua participação no total da população do Estado, à medida em que as maiores cidades vão aumentando sua participação e incrementando seu volume populacional. Cumprem, basicamente, funções de centros prestadores de serviços ao meio rural circunvizinho.

3. CONCLUSÃO

Uma característica importante e peculiar da atual rede urbana catarinense é o tamanho de suas cidades. Santa Catarina é o único Estado cuja maior cidade não é a capital. Se por um lado esta situação é o resultado evidente da falta de dinamismo interno dos principais núcleos urbanos do Estado, no que concerne à formação de metrópoles, por outro lado, produz uma invejável situação de equilíbrio entre as maiores e as menores cidades. Nenhum outro Estado da Federação possui uma rede urbana tão equilibrada, sem os percalços das aglomerações gigantes ao redor da capital.

A vinculação das cidades catarinenses ao espaço de relações de Porto Alegre ou Curitiba, aliada à fraca integração leste-oeste do território estadual explicam, em boa parte, esta situação de equilíbrio da rede urbana, hoje considerada desejável.

É importante o estabelecimento deste tipo de causalidade entre o crescimento das metrópoles vizinhas e o equilíbrio de Santa Catarina, na medida em que o natural crescimento de Florianópolis tenda a disputar a polarização com as já citadas metrópoles, trazendo para o interior de seu espaço, junto aos eventuais benefícios e vantagens de aglomeração, os problemas graves e urgentes do ponto de vista urbanístico, social e de qualidade de vida ainda não estabelecidos aqui.

4. BIBLIOGRAFIA

CARRUTHERS, Ian. A Classification of services centers in England and Wales. *The Geographical Journal*, 123, sept. 1957. part. 3.

- FONSECA, Jairo Simon da O. Martins, Gilberto de Andrade. *Curso de estatística*. 2. ed. São Paulo, Atlas, 1975. 165 p.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico: dados distritais — Santa Catarina*. Rio de Janeiro, 1982. 249 p. (IX Recenseamento Geral do Brasil, 1980, v. 1, t. 3, n. 19).
- GOUVEIA, Sérgio Roberto. O Segundo Centro de Florianópolis. *Revista Geografia e Ensino*, Belo Horizonte, 2(1): 35-40, jun. 1984.
- GREEN, F.H.W. Urban interlands in England and Wales: analysis of bus services. *The Geographical Journal*. 116 (1-3) jul. 1950.
- HAGGETT, Peter. *Analisis Locacional en la Geografia Humana*. Barcelona, Ed. Gustavo Gili, 1976. 434 p.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico de 1960: Santa Catarina*. Rio de Janeiro, 1968. 157 p. (VIII Recenseamento Geral do Brasil, série Regional, v. 1, t. 15, 1ª parte).
- . *Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas*. Rio de Janeiro, 1972. 110 p.
- . *Censo demográfico: Santa Catarina*. Rio de Janeiro, 1973. 575 p. (VIII Recenseamento Geral — 1970, Série Regional, v. 1, t. 20).
- . *Censo demográfico: Estado de Santa Catarina*. Rio de Janeiro, 1955. 106 p. (VI Recenseamento Geral do Brasil — 1950, Série Regional, v. 27, t. 1).
- . *Censo demográfico: população e habitação — Censos econômicos: agrícola, industrial, comercial e dos serviços*. Rio de Janeiro, 1952. 445 p. (Recenseamento Geral do Brasil — 1.º de setembro de 1940, Série Regional, parte 9 — Santa Catarina).
- SANTA CATARINA. Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral. Subchefia para a Política de Desenvolvimento Regional. *Política de desenvolvimento regional e urbano para Santa Catarina*. Florianópolis, 1981. 241 p.
- SILVA, Etienne L. *O desenvolvimento econômico periférico e a formação da rede urbana de Santa Catarina*. UFRGS/PROPUR, Porto Alegre, 1978. Dissertação de mestrado.